

Colonoficialidade nos PALOP: crioulos e línguas pré-coloniais em diáspora brasileira - pretuguês como ponte unidistante¹

Jhon Alfredo Pazmiño Huapaya

Universidad de La Laguna (ULL), Canarias, Espanha

<https://orcid.org/0009-0006-1300-7596>

A comunicação propõe o conceito de colonoficialidade para compreender as hierarquias linguísticas produzidas pelo português oficial nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A partir da Conferência de Berlim (1884-1885), a institucionalização de línguas europeias como oficiais nos territórios colonizados constitui um determinante geopolítico que opera, com plena vigência, na contemporaneidade. O português “colonoficial”, distinto do europeu, mas institucionalizado como língua estatal, relega as línguas africanas pré-coloniais à esfera privada, frequentemente desqualificadas como “dialetos” sem estatuto político e produz gradações distintas entre Angola e Moçambique (onde o investimento colonial consolidou a norma), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (espaços crioulos híbridos) e Guiné-Bissau (marcada pela luta armada pela independência e pela tensão entre o crioulo como língua nacional de facto e o português como língua oficial).

A partir de cenas etnográficas realizadas junto a estudantes universitários dos PALOP na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no Ceará, onde a presença de estudantes dos PALOP é proporcionalmente maior do que em qualquer outra universidade federal brasileira, analiso como as experiências de fala e de escrita configuram identidades tensionadas pela oficialidade linguística, convertendo-a em colonoficialidade. As metodologias afetivas de campo evidenciam que esses interlocutores co-produzem categorias contracoloniais (Dos Santos), articulando sentidos morais e epistêmicos entre África e Brasil.

A colonoficialidade emerge, assim, como ferramenta teórica situada, em diálogo com a historiografia linguística do português afro-brasileiro e com os estudos sobre

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

políticas de língua nos PALOP, permitindo repensar a colonialidade do poder (QUIJANO, 1993) a partir do domínio da linguagem. No Brasil, o cruzamento entre o português local, que se torna "pretuguês" (GONZÁLEZ, 1983) por força de empréstimos e recriações afro-brasileiras, os crioulos africanos e as variantes lusófonas contemporâneas gera um campo epistêmico privilegiado para repensar as fronteiras entre norma, comunicação e identidade. Discuto ainda os desafios de traduzir as dissonâncias entre campo e escrita, destacando o papel da língua como território de elaboração conceitual e de resistência contracolonial.

Palavras-chave: colonoficialidade; PALOP; pretuguês; crioulos; diáspora africana; contracolonialidade linguística.

1. Introdução: a língua como tecnologia colonial persistente

A Conferência de Berlim (1884-1885) não apenas distribuiu territórios africanos entre as potências europeias: instituiu hierarquias linguísticas que operam, com vigência, na nossa contemporaneidade. As ex-colônias continuam orientando seus sistemas educativos, jurídicos e culturais em direção às antigas metrópoles. No caso lusófono, esse vetor apontou historicamente para Lisboa, mas com uma inflexão decisiva: o Brasil, pela sua massa demográfica e produção acadêmica, converteu-se num polo de gravitação próprio dentro do campo lusófono, criando uma tensão nova sobre o que significa falar, escrever e pensar em português nos Sules Globais.

Esta comunicação propõe o conceito de Colonoficialidade para nomar a persistência da língua colonial como tecnologia de poder nos Estados pós-coloniais, e o faz a partir de cenas etnográficas produzidas com estudantes universitários do Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Ceará, durante o segundo semestre de 2024. Estas vozes não ilustram a teoria, co-produzem o conceito.

2. Colonoficialidade: nomeado o que sempre existiu

A Colonoficialidade constitui um aporte à colonialidade do poder de Aníbal Quijano (1993), incorporando a língua como dimensão estruturante das hierarquias coloniais persistentes. Quijano demonstrou que a colonialidade não se esgota na exploração

econômica ou na classificação racial, mas perpassa a produção de subjetividades. A Colonoficialidade acrescenta a institucionalização de uma língua europeia como língua oficial do Estado pós-colonial é, ela mesma, uma tecnologia do poder, a que hierarquiza o acesso ao campo jurídico, educativo e epistêmico.

O português colonoficial não é o português europeu, mas partilha com ele a função de distinguir quem tem acesso ao espaço público legítimo de quem permanece à margem. O conceito não pretende nomear algo novo, pretende nomear algo que sempre existiu e que, precisamente por carecer de nome, operava com maior eficácia. A linguagem, ao nomear, desnaturaliza e desnaturalizar a colonoficialidade é condição para transformá-la.

3. Um determinante geopolítico: Berlim ainda governa a língua

A partição linguística do continente africano em Berlim criou unidades coloniais administradas em línguas europeias que, após as independências, permaneceram como línguas oficiais nos novos Estados. Cinquenta anos depois, esta herança não é apenas simbólica é constitutiva das gramáticas do poder. Como nota comparativa, vale observar que o inglês opera de forma análoga como colonoficialidade acadêmico global, impondo traduções culturais limitadas a uma língua, um registro e uma cosmovisão. O caso lusófono, porém, apresenta uma especificidade que nos interessa, a emergência do Brasil como contrapeso geopolítico dentro da lusofonia.

Mas este contrapeso levanta uma pergunta que esta comunicação não esquiva: será que o Brasil, ao acolher estudantes dos PALOP na UNILAB e oferecer-lhes formação em português, ainda que num português distinto do europeu, reproduz de forma mais sutil uma lógica neocolonial? Será que o Pretuguês, mesmo incorporando palavras do umbundu, do kikongo, do kriol, continua sendo uma língua veicular hierarquizada, e, portanto, com poder? Este é um dos nós que esta comunicação propõe ao debate do GT.

4. Gradações colonoficiais nos PALOP

A colonoficialidade não é uniforme. As históricas coloniais e as escolhas políticas das independências produziram cinco situações distintas.

Em Angola e Moçambique, o investimento colonial português consolidou o português como língua de elite com maior intensidade. As línguas nacionais foram relegadas ao domínio privado. Uma estudante angolana na UNILAB expressou com precisão esta tensão “Eu compreendo mais do que falar a minha língua materna, que é a língua

Umbundo. Entendo mais do que falar” (Amália, Angola, UNILAB 30 out. 2024). A língua materna sobrevive na compreensão passiva, o português colonoficial ocupa toda a esfera ativa e pública.

Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os crioulos, kriolu caboverdiano, forró e saotomense, constituem espaços de hibridização que o colonialismo produziu mas não controlou completamente. A colonoficialidade manifesta-se aqui até no nome próprio. Patrick, estudante saotomense com nove anos no Brasil, escreveu esta dimensão onomástica: “Meu nome é Patrick Agati Pires. O Pires não é um sobrenome de verdade. Era o sobrenome do senhor que colonizou meus ancestrais. O nome deles, eles tinham um nome africano. Que foi apagado” (Patrick, São Tomé, UNILAB, outubro 2024). E sobre as heranças mediática: “A colônia saiu, mais deixa a sua televisão continuando colonizando tua mente. Você sabe cantar o hino nacional de Portugal? Não porque um porruguês te ensinou, porque a televisão te ensinou” (Patrick)

Em Guiné-Bissau, a guerra de libertação de Amílcar Cabral produziu uma consciência anticolonial explicitamente articulada com a questão linguística. O kriol é língua nacional de facto, não oficial, enquanto o português permanece como língua do Estado. Moelson, estudante guineense, sintetizou a contradição: “O crioulo é uma língua sa unidade nacional. O português é uma língua oficial. Mas português é uma língua que os colonizadores portugueses deixaram. Muitas vezes, se você não falar português bem, você vai ser deixado de fora” (Moelson, Guiné-Bissau, UNILAB, 30 out. 2024). O mesmo interlocutor apontou um dado historiográfico relevador: Amílcar Cabral optou pelo português como língua do Estado na independência porque o kriol ainda não estava gramatizado. A colonoficialidade, assim, não foi apenas imposta, foi, em parte, adotada como pragmática política num momento de fragilidade institucional.

5. O “Semestre Zero”: a colonoficialidade académica como política ativa

A colonoficialidade não é apenas herança, é política persente. Portugal instituiu o chamado “Semestre Zero” (poner enlace) para estudantes dos PALOP que desejam aceder ao ensino superior português. Uma exigência de proficiência em português europeu que converte a padrão metropolitano em requisito de entrada. A mensagem é translúcida: se queres um título com reconhecimento europeu, deves primeiro provar que dominas a língua do colonizador segundo seus próprios critérios. Este dispositivo atualiza, em pleno século XXI, a gramática da colonoficialidade.

A existência do “Semestre Zero” revela que o conceito aqui proposto não é arqueologia colonial, é diagnóstico do presente. E convida a uma pergunta mais ampla que está comunicação coloca sobre a mesa sem a resolver: cinquenta anos após as independências africanas, o que significa que as línguas coloniais continuem sendo as únicas línguas oficiais dos Estados que nasceram precisamente para superar o colonialismo?

6. A UNILAB como laboratório contracolonial

A UNILAB é um paradoxo produtivo. É o lugar onde muitos estudantes dos PALOP descobrem a história africana que os seus sistemas educativos colonoficiais lhes negaram: Moelson formulou este paradoxo com impacto: “Aqui você é ensinado sobre a historia africana. Na Guiné-Bissau, você não é ensinado sobre Amílcar Cabral, qual a ideologia de Aílcar Cabral” (Moelson, UNILAB, 2024). A colonoficialidade educativa apagou o pensamento anticolonial nos próprios países que esse pensamento libertou.

No cotidiano, porém, a integração prometida pelo nome da universidade colide com as fronteiras coloniais internalizadas. Edemilsia, coordenadora da Associação dos estudantes Saotomenses, descreveu a segregação informal das salas de aula: “Numa das aulas, você vai ver os africanos de um lado da turma, o medio da turma vazia e os brasileiros do outro. Sempre assim” (Edemilsia, São Tomé, UNILAB, 2024). A colonoficialidade não é apenas externa é incorporada nos corpos e nas práticas dos sujeitos que ela moldou.

Há, no entanto, práticas de resistência que emergem neste mesmo espaço. Satu, estudante guineense, revelou o que acontece quando o kriol enfrenta o português acadêmico: “Quando vou falar sobre um tema no creolo, você fala mais, você tem ideias. Mas quando é português, você fica limitado, você fica pensando, será que eu vou falar palavras que são erradas?” (Satu, Guiné-Bissau, UNILAB, 2024). O kriol não é apenas língua doméstica, é território epistêmico onde o pensamento se expande. O português colonoficial o restringe a uma gramática de legitimidade que os interlocutores não definiram. É aqui, nesta tensão, que a UNILAB se torna laboratório: acompanha estudantes na geração de epistemologias híbridas, sentidas em línguas pre-coloniais, faladas em crioulo, escritas em português para entrar na academia.

7. O pretuguês como horizonte moral: Léila González e a reparação linguística.

González (1983) cunhou o conceito de pretuguês para nomear a língua que os afro-brasileiros forjam ao habitar e transformar o português do colonizador, incorporando ritmos, vocábulos e estruturas das línguas africanas trazidas na diáspora escravocrata. O pretuguês não é um desvio, é uma epistemologia corporificada, uma reparação linguística que se reproduz na própria carne da língua colonial.

Na UNILAB, o pretuguês ganha uma dimensão geopolítica nova, é o campo de encontro entre o português afro-brasileiro, as variedades lusófonas africanas contemporâneas e os crioulos dos PALOP. E aqui emerge uma potência que esta comunicação destaca. O Brasil concentra a esmagadora maioria dos falantes de língua portuguesa no mundo (poner número y fuente). Por isso mesmo, constitui o espaço de reflexão mais fecundo sobre o que poder ser uma língua pos-colonial. Seguindo González (1983), o Brasil funciona como faro a partir do qual outras sociedades não metropolitanas pudessem reivindicar o direito de decidir qual língua é oficial o seu “ser”, e quais são meramente veiculares o aglutinantes. Mas a tensão permanece aberta. O pretuguês, ao incorporar palavras do umbundu ou do kriol, pode ser simultaneamente reparação e nova homogeneização. Um ponte que conecta margens, mas que não as emancipa necessariamente do centro normativo. Esta comunicação não resolve a tensão a coloca no centro do debate.

8. À guisa de convite: perguntas para construir juntos

Esta comunicação não pretende encerrar um argumento. Apresenta um conceito em construção, alimentado pelo campo etnográfico e pelo diálogo com os interlocutores, e propõe ao GT um exercício de co-construção coral sobre o poder da língua na conformação de identidades sociais, nacionais e regionais. As perguntas que guiam a reflexão são:

Pode o pretuguês constituir um horizonte moral de reparação linguística, ou reproduz novas hierarquias dentro do espaço lusófono?

Em que medida a UNILAB representa um modelo contracolonial genuíno, ou reconfigura a colonoficialidade sob formato Sul-Sul?

Quais são as condições, institucionais, políticas, epistemológicas, para que as línguas pré-coloniais e os crioulos dos PALOP adquiram estatuto público sem que isso implique a fragmentação dos Estados?

O objetivo não é que cada Estado tenha dez língua oficiais. O objetivo é abrir o debate sobre o carácter ideológico do estatuto “oficial” das línguas coloniais, cinquenta anos após as independências.

Referências bibliográficas

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio (org.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 1993. p. 201-246.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Una epistemología del sur: la reinención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo XXI, 2009.